

Controle de Fronteiras

Uma análise do abandono da Aduana brasileira



Plácido de Castro/AC
Fronteira com a Bolívia



SINDIRECEITA
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS-TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Diretoria Executiva Nacional

Triênio 2014/2016

Sílvia Helena de Alencar Felismino (CE)

Presidente

Antônio Geraldo de Oliveira Seixas (PB)

Vice-presidente

Jorge Luiz Moreira da Silva (PR)

Secretário Geral

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares (DF)

Diretora de Finanças e Administração

Ronaldo de Souza Godinho (SC)

Diretor Adjunto de Finanças e Administração

Sérgio Ricardo Moreira de Castro (RS)

Diretor de Assuntos Parlamentares

Thales Freitas Alves (PE)

Diretor de Assuntos Jurídicos

Paulo Sérgio Abreu Mendes (AP)

Diretor Adjunto de Assuntos Jurídicos

Reynaldo Velasco Puggi (SP)

Diretor de Defesa Profissional

Alcione de Souza Policarpo (PR)

Diretor de Estudos Técnicos

Moisés Boaventura Hoyos (AM)

Diretor de Assuntos Aduaneiros

Breno de Souza Rocha (DF)

Diretor de Comunicação

Péricles Gomes Luz (MG)

Diretor de Tecnologia da Informação

Arnaldo Severo Filho (TO)

Diretor de Aposentados e Pensionistas

Jair Teresinha Vargas Maciel (RS)

Diretor de Assuntos Previdenciários

Odair Ambrósio (SE)

Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais

Apresentação

Em todas as cidades brasileiras é flagrante a venda de produtos contrabandeados e fruto de descaminho que ingressam facilmente no País pelas fronteiras secas, portos e aeroportos. Também é alarmante a facilidade com que armas, munições e drogas chegam às cidades brasileiras e abastecem o crime organizado, contribuindo diretamente para a onda de violência que atinge toda a sociedade.

A fiscalização e o controle aduaneiro no País são realizados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e executados pelos servidores da Carreira Auditoria – Analistas-Tributários e Auditores-Fiscais, ambos de nível superior.

Ao longo dos últimos anos, o Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) tem envidado esforços para ampliar as discussões sobre a necessidade urgente de fortalecimento do controle aduaneiro como meio para garantir mais agilidade ao fluxo do comércio internacional e, ao mesmo tempo, tornar efetivas as ações de fiscalização, vigilância e repressão.

De forma objetiva, o exercício da administração aduaneira compreende a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, em todo o território aduaneiro (Constituição Federal, art. 237). O controle aduaneiro, promovido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, não tem caráter arrecadatório. Nesse controle, o bem tutelado pelo Estado não é o tributo, mas a segurança da sociedade. A fiscalização aduaneira verifica, por exemplo, se a mercadoria recebeu as devidas anuências, oferecendo, portanto, condições de sanidade e segurança para o uso do consumidor. De semelhante forma, são verificados a observação das normas pelos importadores e exportadores e os recolhimentos devidos, o que redundará, entre outras consequências, na redução da competição desleal e, quando for o caso, na proteção às empresas nacionais. Um instrumento-chave para a execução desse controle é o Despacho Aduaneiro.

Avaliação

Nos últimos anos, a administração da Receita Federal tem se esforçado para destacar os “avanços” no grau de fluidez nos Despachos Aduaneiros de Importação e Exportação. O grau de fluidez, que é o percentual de despachos desembaraçados em menos de um dia, tem apresentado melhoras substanciais nos últimos anos devido ao aperfeiçoamento do modelo de Gestão de Risco adotado pela Receita Federal. Em 2011, o grau de fluidez era de 80,57% e no ano de 2014 alcançou 83,13%, um acréscimo de 3,2%.

Esse indicador (grau de fluidez) é de extrema importância para os intervenientes que atuam no comércio exterior, pois serve de parâmetro para análise da atuação da Receita Federal no despacho aduaneiro. Mas é preciso avançar na avaliação desse resultado e mostrar que a realidade dos fatos não guarda relação com a imagem de eficiência propalada pela administração da Receita Federal.

O total de Declarações de Importações parametrizadas para o Canal Verde cresce ano a ano. Na última década, o percentual cresceu quase 31%, atingindo patamar próximo de 90% de declarações que são liberadas automaticamente pelos sistemas de importação e exportação da Receita Federal.

A elevação do Canal Verde é uma necessidade para a modernização da Aduana, conforme preconiza a Organização Mundial das Aduanas (OMA), e tem o objetivo de facilitar o fluxo do comércio internacional, sem prejuízo ao controle. Para tanto, a Gestão de Risco passou a ser a resposta para controlar e fiscalizar o fluxo de entrada e saída da grande quantidade de cargas, pessoas e veículos no território nacional pelos portos, aeroportos e postos de fronteiras sem comprometer a agilidade exigida pelo mundo globalizado. Facilitação e controle são atualmente as palavras-chaves para as aduanas do mundo. Mas, apesar de a Receita Federal utilizar novos sistemas informatizados de controle, equipamentos de inspeção não invasiva e de monitoramento a distância, que permitem uma identificação sistemática de diversos riscos aduaneiros, a falta de efetivos adequados de Analistas-Tributários e Auditores-Fiscais compromete e fragiliza a Gestão de Risco, afetando os resultados de todo esse sistema.

A Receita Federal tem hoje **18.693 servidores da Carreira Auditoria, 7.924 Analistas-Tributários e 10.769 Auditores-Fiscais**. No entanto, desse total, apenas 2.924 estão lotados na Administração Aduaneira, ou seja, apenas **15,6%** da força de trabalho da Receita Federal atua na Aduana. São somente **1.098 Analistas-Tributários e 1.826 Auditores-Fiscais** trabalhando no controle de entrada e saída de pessoas, veículos e mercadorias no País.

Em 2014, de acordo com o Relatório Aduaneiro, foram processados 2,49 milhões de Declarações de Importação e 1,20 milhão de Declarações de Ex-

portação, atingindo um total de 3,69 milhões de Declarações, das quais 3,3 milhões foram parametrizadas para o Canal Verde. São milhões de toneladas de produtos e mercadorias transitando pelo País sem uma atuação direta da fiscalização.

Quantidade de DI e DDE desembaraçadas

	2011	2012	2013	2014
DI	2.450.252	2.419.000	2.547.776	2.487.874
DDE	1.278.411	1.248.022	1.225.887	1.202.613
Total	3.728.663	3.667.022	3.773.663	3.690.487

Percentuais dos Canais para DI

	2011	2012	2013	2014
Verde	88%	88%	88,79%	88,98%
Amarelo*	8% a 6%	8% a 6%	7,21% a 6,21%	7,02% a 6,02%
Vermelho*	3% a 4%	3% a 4%	3% a 4%	3% a 4%
Cinza*	1%	1%	1%	1%

*Valores aproximados

Grau de fluidez

	2011	2012	2013	2014
Grau de fluidez na importação	80,57%	81,16%	82,77%	83,13%

Cabe observar que esses milhões de toneladas correspondem a mercadorias e produtos que transitam por portos e aeroportos, declarados nos sistemas da Receita Federal para se sujeitarem aos procedimentos do despacho aduaneiro e dos controles estabelecidos pela "Gestão de Risco". Contudo, não se pode esquecer dos 16,8 mil quilômetros de fronteira seca e dos 7.367 quilômetros de costa marítima, fronteiras que também necessitam da presença da Receita Federal.

Então, como equacionar a utilização de mão de obra escassa (2.924 servidores) para atuar no despacho aduaneiro, mantendo um alto padrão de fluidez estabelecido pela OMA? Como elaborar e executar ações de Gestão de Risco e realizar operações de vigilância e repressão em uma extensão de mais de 24 mil quilômetros de fronteiras?

A Aduana brasileira vem buscando alcançar os parâmetros de controle e fiscalização aduaneira das grandes potências econômicas. Com louvor, vem modernizando vários setores do órgão e simplificando alguns procedimentos para dar mais agilidade ao fluxo do comércio exterior, mas ignorou a necessidade de fortalecer o seu quadro de servidores.

Apenas para atuar na Aduana, os Estados Unidos da América possuem 20.000¹ servidores, a China possui 50.000² servidores aduaneiros (dado de 2009), a Alemanha, 40.000³. Portanto, não basta apenas investir na modernização da Aduana sem que se estabeleça uma política de governo para resolver os problemas da Carreira Auditoria da Receita Federal, no que dizem respeito a atribuições, quantitativo e remuneração.

No ano passado, a RFB realizou 3.110 operações de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho. As apreensões atingiram um montante de R\$ 1,80 bilhão, valor acima do alcançado no ano de 2013, que foi de R\$ 1,68 bilhão.

	2011	2012	2013	2014
Total das apreensões	1.478.710.956,25	2.025.305.399,29	1.681.697.286,98	1.801.185.429,57
Nº de operações	2.412	2.680	2.999	3.110

Nota-se que o número de operações aumentou, mas o valor das apreensões se manteve praticamente o mesmo. Nesse ponto, também cabe destacar a relação entre o número de operações e o valor total das apreensões de cigarros.

¹ Fonte: Sítio da U.S. Customs and Border Protection . Acessado no dia 18/02/2015, às 23h36.

² Fonte: Sítio da General Administration of Customs People's Republic of China (GACC) . Acessado no dia 18/02/2015, às 22h20h.

³ Fonte: Sítio da Federal Ministry of Finance. Acessado no dia 18/02/2015, às 23h43.

	2011	2012	2013	2014
Maços	165.088.938	161.522.121	180.548.988	182.052.238
Valor total	114.534.812,71	134.450.384,70	331.529.660,83	515.319.232,73
Valor do maço	0,69	0,83	1,84	2,83
Percentual em relação ao total das apreensões	7,74%	6,64%	19,71%	28,61%

No ano de 2011, o valor do maço de cigarro utilizado como referência pela Receita Federal era de R\$ 0,69. Em 2014, o valor do maço atingiu R\$ 2,83, um acréscimo de 310% em quatro anos. Observando mais atentamente, em 2011 o valor dos cigarros apreendidos representava 7,74% do total das apreensões. Já no ano passado, esse percentual passou a ser de 28,61%.

Cabe à administração da Receita Federal explicar de forma mais transparente se está utilizando o item “cigarro” para produzir resultados mais positivos para as suas apreensões ou se as variações observadas nos relatórios aduaneiros dos últimos quatro anos são normais.

Ainda em relação ao item “cigarro”, a Polícia Rodoviária Federal, em seu balanço de 2014⁴, apresentou como parte do resultado de suas apreensões o quantitativo de 4.475.607 pacotes de cigarros, o que faz surgir uma dúvida se esse total está incluído ou não no montante apresentado pela Receita Federal. A mesma Polícia Rodoviária Federal ainda informa que houve apreensões de produtos de informática, eletrônicos e medicamentos:

Apreensões da PRF contrabando	2014
Informática (unidades)	210.720
Eletrônicos (unidades)	121.927
Medicamentos (unidades)	763.948

⁴ Fonte: Sítio da PRF na Internet. Acessado no dia 18/02/2015, às 23:30.

A dúvida sobre os cigarros se mantém em relação aos outros bens apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal, pois, por se tratar de contrabando, esses produtos são entregues para a Receita Federal, com a finalidade de dar prosseguimento aos trâmites legais da apreensão, que é de responsabilidade da Aduana.

Percebe-se então que estão incluídos, salvo melhor juízo, nos resultados finais das apreensões divulgados pela Receita Federal, produtos apreendidos por outro órgão federal, no caso a Polícia Rodoviária Federal, isso sem contar com outras apreensões de contrabandos realizadas pelo Exército, nas inúmeras operações de controle de fronteira (Operações Agatha), e pelas polícias civis e militares em ações de combate ao contrabando e descaminho nas cidades brasileiras.

Além de tornar mais transparentes essas questões, é preciso esclarecer que as equipes de Vigilância e Repressão atuam de maneira precária, com dificuldades em relação ao número de servidores, indefinição do porte de arma, equipamentos de proteção reduzidos, falta de verbas para deslocamentos e diárias, limitações da administração à atuação dos Analistas-Tributários e outros problemas que prejudicam as ações repressivas e de vigilância.

É preciso esclarecer também de que modo, mesmo apresentando um resultado aduaneiro “positivo”, as fronteiras do País estão abandonadas e as cidades repletas de produtos falsificados e pirateados? Como o crime organizado possui armamentos de guerra e os jovens têm acesso fácil a todo o tipo de droga? Como tantos produtos ilegais entram em nosso País? Por onde? De que forma?

Nos últimos anos, sem dúvida, houve um processo de modernização da Aduana brasileira. Tempos de despachos foram reduzidos, novos sistemas de controle implementados, e passou-se a utilizar equipamentos mais modernos. Estão sendo ampliadas ações de Gestão de Risco, programas como o Operador Econômico Autorizado estão em implantação e há maior integração com o setor privado, medidas que compõem um modelo de Aduana do século 21, conforme o que estabelece a Organização Mundial da Aduanas.

A administração da Receita Federal só não pode esquecer que uma Aduana só se faz forte e moderna com a participação de seus servidores, principalmente, dos Analistas-Tributários. Reconhecer a importância desses servidores para a fiscalização e controle aduaneiro é parte necessária para que a Aduana brasileira ingresse definitivamente no século 21.

Radiografia do quadro de servidores da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil por Região Fiscal

A Secretaria da Receita Federal do Brasil é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos ligados ao comércio internacional.

Região Fiscal	Servidores da RFB		Servidores da RFB atuando na Adm. Aduaneira	
	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB
Unidade Central	946	733	64	22
1ª Região Fiscal	650	548	115	61
2ª Região Fiscal	532	445	141	69
3ª Região Fiscal	450	350	62	40
4ª Região Fiscal	573	338	69	32
5ª Região Fiscal	503	325	63	26
6ª Região Fiscal	954	558	103	31
7ª Região Fiscal	1578	818	355	164
8ª Região Fiscal	2677	2195	437	318
9ª Região Fiscal	1095	892	229	185
10ª Região Fiscal	811	722	188	150
Total	10.769	7.924	1.826	1.098

Figura 2 - Quantitativo geral e na Administração Aduaneira de servidores da Receita Federal

É preciso destacar que as atividades de fiscalização, vigilância, repressão e controle do comércio exterior na Aduana são atribuições exclusivas dos servidores da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil. Portanto, por lei, somente o Analista-Tributário e o Auditor-Fiscal, cargos que integram a Carreira Auditoria, podem executar ações de fiscalização aduaneira no Brasil, tais como controle de entrada e saída de pessoas, veículos e mercadorias no País.

A Receita Federal do Brasil possui atualmente **7.924 Analistas-Tributários e 10.769 Auditores-Fiscais**. Esses servidores realizam trabalhos relacionados com as atribuições do órgão como fiscalização de tributos, arrecadação e cobrança, pesquisa e investigação, combate aos crimes tributários e controle do comércio exterior, considerados “atividades-fins”. A Receita Federal também realiza o atendimento ao contribuinte e educação fiscal, gestão de pessoal e cadastro, atividades da tecnologia da informação e de logística, controle de material, assessoria de comunicação social, planejamento, organização e avaliação institucional, e outras ações consideradas “atividades-meios”.

Do quantitativo dos servidores que compõem o quadro funcional da Receita Federal somente **1.098 Analistas-Tributários e 1.826 Auditores-Fiscais** atuam na “Administração Aduaneira”, ou seja, desenvolvem as atribuições ligadas ao controle do comércio exterior nos portos, aeroportos e postos de fronteira. Um pequeno contingente distribuído nas seguintes unidades:

- Aeroportos - 35 terminais de passageiros e 41 terminais de cargas;
- Portos - 38 terminais organizados, nas 44 instalações portuárias fluviais e lacustres e nas 165 instalações portuárias marítimas;
- Fronteira Terrestre - 27 pontos alfandegados;
- Interior do País - 66 portos secos, 7 centros logísticos industriais aduaneiros, em 3 centros de distribuição de remessas postais internacionais e nos 3 polos de processamento de remessas expressas.



Figura 3 - Quantitativo de Analistas-Tributários e Auditores-Fiscais na Aduana do Brasil

Nos 27 postos de fronteiras da Receita Federal do Brasil o contingente da Adunana é de **510 Analistas-Tributários e 296 Auditores-Fiscais**, servidores que são responsáveis pelo controle de mais de 16 mil quilômetros de fronteiras. Os postos de fronteira da Receita Federal do Brasil estão localizados na 1ª, na 2ª, na 9ª e na 10ª Regiões Fiscais.

		Quant. Servidores 2014	
Unidade da RFB		AFRFB	ATRFB
2ª RF	Tabatinga/AM	4	1
	Brasiléia/AC	4	2
	Cruzeiro do Sul/AC	1	2
	Plácido de Castro/AC	0	1
	Assis Brasil/AC	4	0
	Oiapoque/AP	2	0
	Guajará-Mirim/RO	10	5
	Pacaraima/RR	5	5
	Bonfim/RR	3	2
Total da 2ª Região Fiscal		33	18
1ª RF	Mundo Novo/MS	16	24
	Ponta Porã/MS	21	26
	Corumbá/MS	23	31
	Cárceres/MT	7	9
Total da 1ª Região Fiscal		67	90
9ª RF	Guaíra/PR	8	12
	Santa Helena/PR	3	8
	Santo Antônio do Sudoeste/PR	0	7
	Capanema/PR	2	6
	Foz do Iguaçu/PR	72	174
	São Miguel do Oeste/SC	0	2
	Dionísio Cerqueira/SC	10	14
Total da 9ª Região Fiscal		95	223
10ª RF	Bagé	10	14
	Barra do Quaraí	0	4
	Chuí	11	18
	Itaqui	3	4
	Jaguarão	5	12
	Porto Mauá	1	6
	Porto Xavier	4	7
	Quarai	1	7
	Santana do Livramento	13	27
	São Borja	14	22
	Três Passos	1	4
	Uruguaiana	38	54
Total da 10ª Região Fiscal		101	179
		296	510

Figura 4 - Quantitativos de servidores da Receita Federal do Brasil lotados nos 34 Postos de Fronteira

Postos de Fiscalização

Fronteira Seca



1ª Região Fiscal – Fronteira com Bolívia e Paraguai

Na 1ª Região Fiscal, composta dos estados de Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, o Brasil faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Mais de 2.500km são fiscalizados por **90 Analistas-Tributários e 67 Auditores-Fiscais**, lotados em quatro postos de fronteira, localizados em Mundo Novo/MS, Ponta Porã/MS, Bela Vista/MS, Corumbá/MS e Cárceres/MT.

Na 1ª Região Fiscal, de acordo com a Portaria nº 1.953, de 27 de julho de 2012, o quantitativo ideal seria de **1.228 Analistas-Tributários e 1.311 Auditores-Fiscais**. O quantitativo real apurado em maio de 2014 foi de **551 Analistas-Tributários (44,9% do ideal) e 659 Auditores-Fiscais (50,3% do ideal)**.

Quantitativo de servidores da RFB na 1ª Região Fiscal												
Local	1 Quantitativo Ideal 2012		2 Quantitativo Maio 2014		3 Grau de Lotação Real% (2/1)		4 Quantitativo de servidores atuando na Administração Aduaneira		5 Grau de servidores atuando na Aduana % (4/2)		6 Quantitativo de servidores atuando em outras atividades (2 - 4)	
	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB
SUPERINTENDÊNCIA 1ª REGIÃO FISCAL	125	117	55	46	44,0 %	39,3%	8	7	14,5 %	15,2 %	47	39
DRF - BRASILIA	266	210	140	81	52,6 %	38,6%	0	0	0,0%	0,0%	140	81
DRJ - BRASILIA	49	13	31	3	63,3 %	23,1%	0	0	0,0%	0,0%	31	3
AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA	44	40	27	25	61,4 %	62,5%	24	15	88,9 %	60,0 %	3	10
GOIANIA	240	216	126	88	52,5 %	40,7%	11	3	8,7%	3,4%	115	85
ANAPOLIS	83	81	34	29	41,0 %	35,8%	3	0	8,8%	0,0%	31	29
CUIABA	195	181	69	69	35,4 %	38,1%	13	6	18,8 %	8,7%	56	63
CAMPO GRANDE	95	102	61	74	64,2 %	72,5%	7	3	11,5 %	4,1%	54	71
DOURADOS	42	40	13	16	31,0 %	40,0%	0	0	0,0%	0,0%	13	16
DRJ - CAMPO GRANDE	28	6	19	6	67,9 %	100,0%	0	0	0,0%	0,0%	19	6
MUNDO NOVO	19	48	16	24	84,2 %	50,0%	13	12	81,3 %	50,0 %	3	12
CORUMBA	35	45	23	32	65,7 %	71,1%	19	12	82,6 %	37,5 %	4	20
PONTA PORÁ	27	70	21	31	77,8 %	44,3%	16	3	76,2 %	9,7%	5	28
PALMAS	63	59	24	27	38,1 %	45,8%	1	0	4,2%	0,0%	23	27
Total	1.311	1.228	659	551	50,3 %	44,9%	115	61	17,5 %	11,1 %	544	490

Tabela do quantitativo de servidores da RFB na 1ª Região Fiscal

Nas três principais áreas de fronteira da 1ª Região Fiscal os números do efetivo da Receita Federal que atua diretamente no controle das fronteiras com a Bolívia e o Paraguai são assustadoramente baixos. O município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, faz divisa com a cidade paraguaia de Salto del Guayrá, um proeminente centro de compras de livre comércio. Para realizar o controle dessa movimentada fronteira, a Receita Federal dispõe de **24 Analistas-Tributários e 16 Auditores-Fiscais**, observando que desse quantitativo somente **12 Analistas-Tributários e 13 Auditores-Fiscais** atuam diretamente na fiscalização aduaneira. O restante dos servidores realiza outras atividades ligadas ao funcionamento da unidade da Receita Federal, como a de gestão de pessoas.

A mesma situação de falta de efetivo se tem em Corumbá/MS, cidade do Mato Grosso do Sul, que é ponto de entrada para o ingresso no País de mercadorias europeias, por estar próxima à Bolívia, e sua localização possui trecho facilmente navegável do rio Paraguai para embarcações de maior calado e à beira do Pantanal. Somente **12 Analistas-Tributários e 19 Auditores-Fiscais** atuam diretamente na fiscalização aduaneira.

2ª Região Fiscal – Fronteira com Guiana Inglesa, Suriname, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia

Na 2ª Região Fiscal, composta dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, de Rondônia e Roraima, o Brasil faz fronteira com a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Mais de 10.700km são fiscalizados por **18 Analistas-Tributários e 33 Auditores-Fiscais**, lotados em nove postos de fronteira, localizados em Tabatinga/AM, Brasileia/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Plácido de Castro/AC, Assis Brasil/AC, Oiapoque/AP, Guajará-Mirim/RO, Pacaraima/RR e Bonfim/RR.

Quantitativo de servidores da RFB na 2ª Região Fiscal												
Local	1 Quantitativo Ideal 2012		2 Quantitativo Maio 2014		3 Grau de Lotação Real% (2/1)		4 Quantitativo de servidores atuando na Administração Aduaneira		5 Grau de servidores atuando na Aduana % (4/2)		6 Quantitativo de servidores atuando em outras atividades (2 - 4)	
	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB
Acre	45	72	27	27	60%	37,5%	1	1	3,7%	3,7%	26	26
Amazonas	399	275	203	135	50,9%	49,1%	93	31	45,8%	23%	110	104
Amapá	37	39	23	18	62,2%	46,1%	3	2	13%	11,1%	20	16
Para	371	334	196	194	52,8%	58,1%	28	26	14,3%	13,4%	168	168
Roraima	40	60	23	18	57,5%	30%	3	3	13%	16,7%	20	15
Rondônia	134	122	60	53	44,7%	43,4%	1	1	1,7%	1,9%	59	52
Total	1.026	902	532	445	54,7%	44%	129	64	15,3%	11,6%	403	381

Tabela do quantitativo de servidores da RFB na 2ª Região Fiscal

Na 2ª Região Fiscal, de acordo com a Portaria nº 1.953, de 27 de julho de 2012, o número ideal seria de **902 Analistas-Tributários e 1.026 Auditores-Fiscais**. O quantitativo real apurado em maio de 2014 foi de **445 Analistas-Tributários (44% do ideal) e 532 Auditores-Fiscais (54,7% do ideal)**.

Além do quantitativo abaixo do ideal, a 2ª Região Fiscal enfrenta outro problema: a dificuldade de fixação dos servidores nas unidades da Receita Federal. O baixo grau de lotação, **44% para os Analistas-Tributários e 54,7% para os Auditores-Fiscais**, e a falta de uma política de gestão de pessoas que incentive a permanência dos servidores na região provocam uma situação de quase abandono das fronteiras da maior região do País.

O contrabando de produtos falsificados e pirateados, armas, munições e drogas, tráfico de pessoas, evasão de divisas, descaminho e outros crimes transfronteiriços encontram na 2ª Região Fiscal uma porta aberta no Brasil. O efetivo existente não permite uma atuação ininterrupta da fiscalização no controle de pessoas, produtos e veículos que circulam diariamente pelas fronteiras da região Norte.

9ª Região Fiscal – Fronteira com Paraguai e Argentina

Na 9ª Região Fiscal, composta dos estados do Paraná e de Santa Catarina, o Brasil faz fronteira com Paraguai e Argentina. Aproximadamente 1.500km são fiscalizados por **223 Analistas-Tributários e 95 Auditores-Fiscais**, lotados em sete postos de fronteira, localizados em Guaíra/PR, Santa Helena/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Capanema/PR, Foz do Iguaçu/PR, São Miguel do Oeste/SC e Dionísio Cerqueira/SC.

Quantitativo de servidores da RFB na 9ª Região Fiscal													
Local	1 Quantitativo Ideal set/12		2 Quantitativo maio/14		3 Grau de Lotação Real % (2/1)		4 Quantitativo de servidores atuando na Administração Aduaneira		5 Grau de servidores na Aduana % (4/2)		6 Quantitativo de servidores atuando em outras atividades (2 -4)		
	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	
SUPERINTENDÊNCIA 9ª REGIAO FISCAL	150	128	65	52	43,3%	40,6%	13	7	20%	13%	52	45	
DRF - CURITIBA	312	270	184	78	59,0%	28,9%							
SAO JOSE DOS PINHAIS			0	5									
PARANAGUÁ			0	0									
ARAUCÁRIA			0	3									
COLOMBO			0	4									
LONDRINA	119	116	85	45	71,4%	38,8%	6	3	7%	7%	79	42	
APUCARANA			0	3									
ARAPONGAS			0	2									
CORNELIO PROCOPIO			0	2									

JACAREZINHO			0	1								
CASCATEL	112	140	39	24	34,8%	17,1%	6	1	15%	4%	33	23
FRANCISCO BELTRAO			0	6								
LARANJEIRAS DO SUL			0	1								
TOLEDO			0	7								
IPORA			0	2								
PATO BRANCO			0	5								
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			0	6								
CAPANEMA			2	3								
PONTA GROSSA	92	89	30	21	32,6%	23,6%	3	1	10%	5%	27	20
GUARAPUAVA			2	2								
IRATI			0	2								
IBAITI			0	2								
UNIAO DA VITORIA			0	6								
DRF - MARINGA	123	127	50	43	40,7%	33,9%	8	6	16%	14%	42	37
CAMPO MOURAO			0	1								
CIANORTE			0	2								
JANDAIA DO SUL			0	1								
LOANDA			0	1								
PARANAVAI			0	2								
UMUARAMA			2	4								
IVAIPORA			0	0								
FOZ DO IGUAÇU	125	227	75	138	60,0%	60,8%	33	86	44%	62%	42	52
MEDIANEIRA			0	4								
MARECHAL CANDIDO RONDON			0	2								
IRF - GUAIRA			8	8								
SANTA HELENA			3	5								
DRJ - CURITIBA			29	8								
IRF - CURITIBA	171	99	66	40	38,6%	40,4%	55	28	83%	70%	11	12
PORTO DE PARANAGUÁ	80	70	32	43	40,0%	61,4%	26	19	81%	44%	6	24
DRF - FLORIANOPOLIS	195	167	136	56								
ARARANGUA			0	4								
CRICIUMA			0	5								
TUBARAO			0	3								
SAO JOSE			0	8								
ITAJAÍ			0	7								
JOINVILLE	127	115	68	34	53,5%	29,6%	5	4	7%	12%	63	30
CANOINHAS			0	1								
JARAGUA DO SUL			0	6								
ARF - MAFRA			0	1								
SAO BENTO DO SUL			0	2								

JOACABA	137	136	42	25	30,7%	18,4%	6	1	14%	4%	36	24
CACADOR			0	2								
CHAPECO			2	8								
CONCORDIA			0	6								
VIDEIRA			0	2								
XANXERE			0	3								
DIONISIO CERQUEIRA			10	13								
SAO MIGUEL D'OESTE			0	3								
BLUMENAU	112	91	54	26	48,2%	28,6%	6	1	11%	4%	48	25
ARF - BRUSQUE			0	5								
RIO DO SUL			0	2								
TIMBO			0	2								
DRF - LAGES	24	18	10	8	41,7%	44,4%	0	0	0%	0%	10	8
DRJ - FLORIANOPOLIS	42	12	29	6								
IRF - FLORIANÓPOLIS	41	41	25	22	61,0%	53,7%	20	9	80%	41%	5	13
IMBITUBA			2	2								
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	30	32	18	13	60,0%	40,6%	14	6	78%	46%	4	7
PORTO DE ITAJAÍ	86	69	36	32	41,9%	46,4%	28	13	78%	41%	8	19
Totais	1.385	1.293	1.104	891	A cor cinza indica que não há informações sobre os quantitativos de servidores							

Figura 7 - Quantitativo de servidores da RFB lotados nos postos de fronteira na 9ª Região Fiscal

Na 9ª Região Fiscal, de acordo com a Portaria da RFB nº 1.953, de 27 de julho de 2012, o quantitativo ideal seria de **1.293 Analistas-Tributários e 1.385 Auditores-Fiscais**. O quantitativo real apurado em maio de 2014 foi de **891 Analistas-Tributários (68,9% do ideal) e 1.104 Auditores-Fiscais (79,7% do ideal)**.

Esse quadro do efetivo da Receita Federal na 9ª Região Fiscal revela um cenário desolador da Aduana. Em Foz do Iguaçu/PR, do total de **138 Analistas-Tributários e 72 Auditores-Fiscais** lotados nesse ponto de fronteira, apenas **86 Analistas-Tributários (62% do total) e 33 Auditores-Fiscais (46% do total)** estão designados para as atividades ligadas à Administração Aduaneira. Parte dos servidores lotados em Foz do Iguaçu está dedicada a outras atividades como recepção e destinação de mercadorias apreendidas, atendimento ao contribuinte no comércio internacional, controle de contratos, licitações, entre outras tarefas tidas como atividade-meio. O reforço no efetivo é ainda mais necessário, porque os servidores da Aduana que atuam nas ações de fiscalização, vigilância e repressão trabalham em escala de plantão, com equipes divididas em turnos de 24 por 72 horas, o que reduz ainda mais o contingente diário nos postos de fiscalização.

Para suprir a falta de servidores da carreira Auditoria na fiscalização, a administração da RFB na 9ª Região Fiscal convocou motoristas, datilógrafos, servidores administrativos e de outros setores de apoio para atuar na fiscalização de bagagens de turistas que ingressam no País pela Ponte Internacional da Amizade. São servidores sem experiência, treinamento ou vivência em atividades de fiscalização, re-

pressão e vigilância aduaneira. A presença desses servidores serve apenas como “figuração”, pois do ponto de vista da atividade de fiscalização, não há como esperar resultados de um trabalho realizado de forma improvisada por servidores que não possuem competência legal. A Constituição Federal é clara quando em seu artigo 37, inciso XXII, determina que a administração tributária da União deverá ser exercida por servidores de carreiras específicas. No caso da Receita Federal, a carreira específica é a de Auditoria de Receita Federal do Brasil, composta de dois cargos: Analista-Tributário e Auditor-Fiscal. Diante do flagrante de desvio de função nas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB) em Foz do Iguaçu/PR, a Diretoria-Executiva Nacional do Sindi-receita protocolou quatro representações denunciando os casos de desvio de função nas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB) em Foz do Iguaçu/PR. As representações foram encaminhadas ao procurador-geral da República do Ministério Público Federal (PGR/MPF), Rodrigo Janot Monteiro de Barros; ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage; ao secretário da Receita Federal do Brasil (RFB), Carlos Alberto Freitas Barreto; e ao corregedor-geral da Secretaria Receita Federal do Brasil (RFB), Antônio Carlos da Costa D’Ávila Carvalho. Vale também destacar os graves problemas que estão ocorrendo na unidade da RFB no Porto de Paranaguá/PR, que inclusive encerrou suas atividades de plantão 24 horas, estabelecido pelo Projeto Aduana 24 horas, determinado pelo Governo Federal. Além da falta de servidores da Carreira Auditoria, apenas parte dos Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários atuam nas atividades ligadas à Administração Aduaneira no Porto de Paranaguá/PR.

10ª Região Fiscal – Fronteira com Argentina e Uruguai

A 10ª Região Fiscal, composta do estado do Rio Grande do Sul, faz fronteira com Argentina e Uruguai. Aproximadamente 1.800km são fiscalizados por **179 Analistas-Tributários e 101 Auditores-Fiscais**, lotados em 14 postos de fronteira, localizados em Bagé/Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Xavier, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, Três Passos e Uruguaiana.

Na 10ª Região Fiscal, de acordo com a Portaria da RFB nº 1.953, de 27 de julho de 2012, o quantitativo ideal seria de **1.490 Analistas-Tributários e 1.656 Auditores-Fiscais**. O quantitativo real apurado em maio de 2014 foi de **724 Analistas-Tributários (51,9% do ideal) e 818 Auditores-Fiscais (49,3% do ideal)**.

A falta de servidores nas unidades aduaneiras está diretamente ligada às fragilidades no controle de entrada e saída de pessoas, mercadorias e veículos que cruzam a fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Desde outubro do ano passado, a RFB determinou o fechamento da unidade localizada às margens do rio Uruguai, em Porto Soberbo/RS. A decisão da RFB impactou a economia da região, que sofre com a grande diminuição do fluxo de comerciantes e turistas que ingressavam na Argentina pelo município. Por meio da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.413/2013, está permitido apenas aos moradores de Tiradentes do Sul o comércio de subsistência.

Quantitativo de servidores da RFB na 10ª Região Fiscal												
Local	1 Quantitativo Ideal Set 2012		2 Quantitativo Maio 2014		3 Grau de Lotação Real % (2/1)		4 Quantitativo de servidores atuando na Administração Aduaneira		5 Grau de servidores atuando na Aduana % (4/2)		6 Quantitativo de servidores atuando em outras atividades (2 -4)	
	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB	AFRFB	ATRFB
SUPERINTENDÊNCIA 10ª REGIAO FISCAL	135	105	<u>80</u>	<u>49</u>	59,2%	46,7%	18	9	22,5%	18,4%	62	40
DRF - PORTO ALEGRE	316	274	<u>176</u>	<u>98</u>	55,7%	35,8%	-	-	-	-	-	-
PELOTAS	92	102	<u>57</u>	<u>63</u>	61,9%	61,8%	14	14	24,6%	22,2%	43	49
SANTA MARIA	76	80	<u>48</u>	<u>47</u>	63,1%	58,7%	5	3	10,4%	6,4%	43	44
PASSO FUNDO	82	74	<u>40</u>	<u>35</u>	48,8%	47,3%	2	2	5%	5,7%	38	33
CAXIAS DO SUL	159	133	<u>66</u>	<u>53</u>	41,5%	39,8%	7	3	10,6%	5,7%	59	50
NOVO HAMBURGO	205	168	<u>89</u>	<u>63</u>	43,4%	37,5%	12	4	13,5%	6,3%	77	59
SANTO ANGELO	102	118	<u>35</u>	<u>63</u>	34,3%	53,4%	3	7	8,5%	11,1%	32	56
URUGUAIANA	123	124	<u>56</u>	<u>91</u>	45,5%	73,4%	36	48	64,3%	52,7%	20	43
SANTA CRUZ DO SUL	80	70	<u>29</u>	<u>31</u>	36,2%	44,3%	2	1	6,9%	3,2%	27	30
DRJ - PORTO ALEGRE	56	14	<u>32</u>	<u>10</u>	57,1%	71,4%	-	-	-	-	-	-
IRF - PORTO ALEGRE	82	46	<u>38</u>	<u>21</u>	46,3%	45,6%	31	7	81,6%	33,3%	7	14
CHUÍ	24	34	<u>11</u>	<u>17</u>	45,8%	50%	8	9	72,7%	52,9%	3	8
SANTANA DO LIVRAMENTO	29	56	<u>13</u>	<u>27</u>	44,8%	48,2%	9	10	69,2%	37%	4	17
AEROPORTO SALGADO FILHO	36	39	<u>22</u>	<u>16</u>	61,1%	41%	19	12	86,4%	75%	3	10
PORTO DE RIO GRANDE	59	53	<u>26</u>	<u>40</u>	44%	75,5%	22	21	84,6%	52,5%	4	5
Total	1.656	1.490	818	724	49,3%	51,9%	188	150	40%	27%	422	458

Figura 8 -Tabela com o quantitativo de servidores da RFB na 10ª Região Fiscal

O número insuficiente de servidores da Receita Federal também compromete o trabalho e as atividades de controle aduaneiro no Porto de Rio Grande, um dos principais terminais portuários do País. Na unidade da RFB no Porto de Rio Grande trabalham apenas **40 Analistas-Tributários e 26 Auditores-Fiscais**, número inferior ao necessário. Por conta da falta de efetivo, a administração da RFB determinou o fim da operação 24 horas na Aduana nesse terminal. A decisão contraria a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conhecida também como Lei dos Portos, que permitiu a criação do Porto 24 horas, que estabelece que os serviços públicos são necessários para garantir as operações de importação e exportação nos terminais em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, inclusive aos domingos e feriados.

Portos e Aeroportos

De forma geral, os graves problemas de efetivo registrados nos postos de controle da Receita Federal instalados na fronteira seca também são registrados nas unidades aduaneiras localizadas nos portos e aeroportos de todo o País. Nessas instalações a RFB mantém apenas **1.037 Auditores-Fiscais** e **935 Analistas-Tributários**. É com esse efetivo que a RFB controla mais de 90% do fluxo comercial – importações e exportações – do País.

A falta de efetivo se reverte na entrada de armas, munições, drogas e de produtos contrabandeados e piratas que podem ser encontradas em todas as cidades brasileiras. Atualmente, 95% das cargas que chegam ao País são direcionadas ao chamado “canal verde”, ou seja, não sofrem nenhum tipo de fiscalização direta, ou verificação física. A modernização dos processos relacionados ao desembaraço de mercadorias importadas ou exportadas, como a utilização de scanners de containeres e a análise de risco, é parte fundamental para o aperfeiçoamento e agilização na atuação da Aduana Brasileira, mas não podem substituir, de forma alguma, a presença fiscal nos terminais alfandegados.

Horário

Outro grave problema é a restrição no horário de funcionamento nas unidades aduaneiras instaladas nos portos, aeroportos e postos de fronteiras. Em muitos locais, plantões foram encerrados e as atividades de vigilância e repressão limitadas aos dias da semana e não são executadas à noite.

Nos portos, mesmo com a atividade intensa nos finais de semana e feriados, na maior parte do País, a Receita Federal não mantém o mesmo padrão de funcionamento. Durante a tramitação da Medida Provisória 595 de 2012, que foi transformada na Lei dos Portos, o Sindireceita atuou no Congresso Nacional em favor da Aduana 24 horas.

Nas maiores economias mundiais, a Aduana funciona de forma plena e ininterrupta, justamente por se tratar do órgão que possui a atribuição de controlar o comércio internacional. Cabe à Aduana uma gama de serviços que não podem ser interrompidos, como as atividades de vigilância.

Após a aprovação da Lei e a criação do Porto 24 horas, a Receita Federal continua insistindo em não ampliar o horário de funcionamento da Aduana. Em várias unidades, o sistema até chegou a ser implantado, mas sua manutenção é ameaçada pela falta de servidores e por decisões administrativas do órgão.

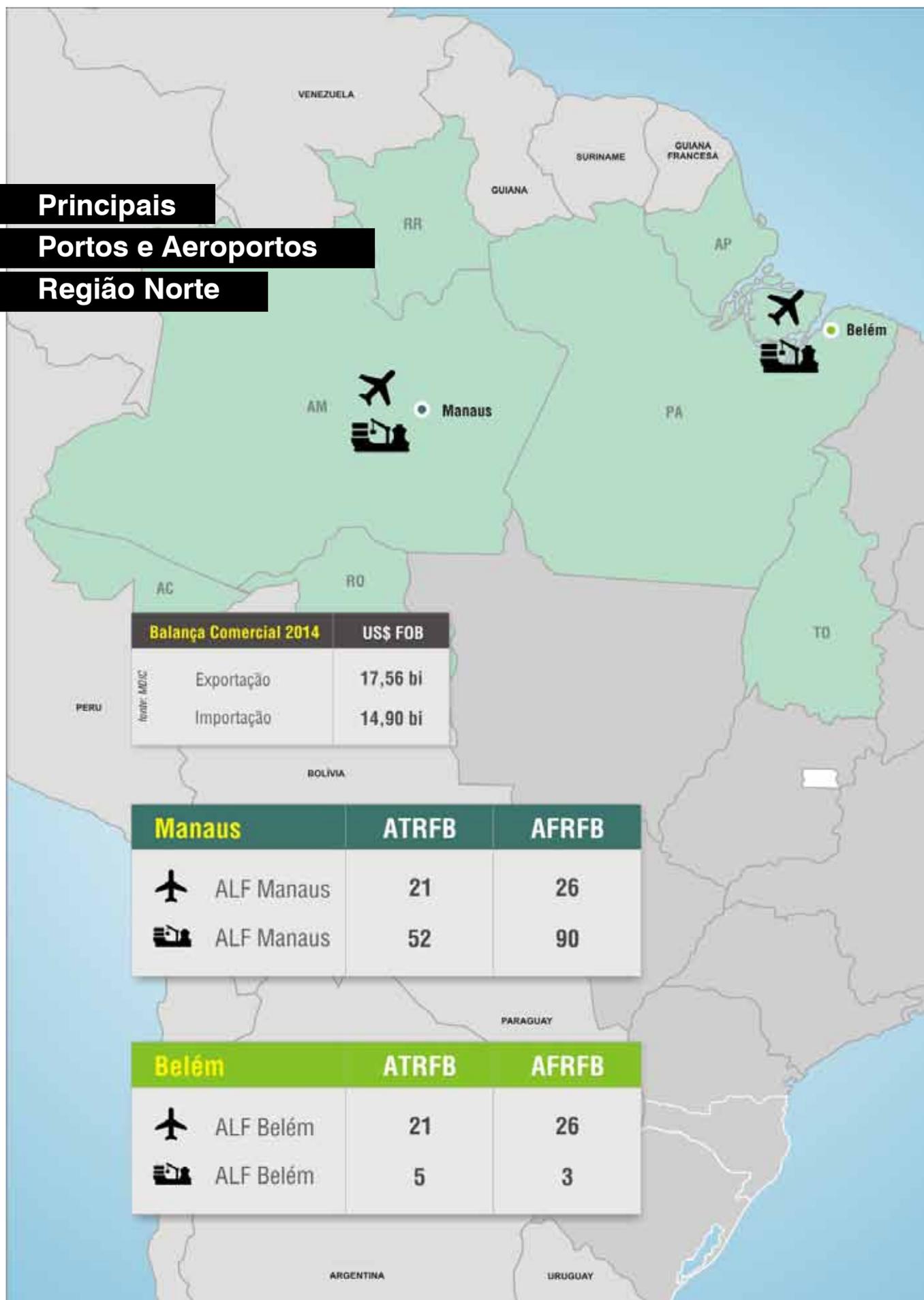
	Principais Portos e Aeroportos Brasileiros	Quant. Servidores 2014	
		AFRFB	ATRFB
1ª RF	Aeroporto Internacional de Brasília	26	24
2ª RF	Porto de Belém	18	17
	Porto de Manaus	90	52
	Aeroporto Internacional de Belém	3	5
	Aeroporto Int. Eduardo Gomes	26	21
3ª RF	Porto de São Luiz	10	9
	Porto de Fortaleza	32	19
	Porto de Pecém	11	14
	Aeroporto Int. Pinto Martins	12	19
4ª RF	Porto de Suape	12	8
	Cabedelo	8	7
	Aeroporto Int. dos Guararapes	16	12
5ª RF	Porto Seguro	3	1
	Ilhéus	15	9
	Porto de Salvador	31	18
	Aeroporto Int. de Salvador	14	15
7ª RF	Porto do Rio de Janeiro	82	48
	Porto de Itaguaí	25	20
	Porto de Vitória	84	47
	Aeroporto Int. do Rio de Janeiro	94	76
8ª RF	Porto de Santos	85	82
	Aeroporto Int. de São Paulo	111	162
	Aeroporto Int. Viracopos	90	92
9ª RF	Porto de Paranaguá	32	43
	Porto de São Francisco do Sul	18	14
	Porto de Itajaí	36	32
10ª RF	Porto Xavier	4	7
	Porto do Rio Grande	26	40
	Porto Mauá	1	6
	Aeroporto Int. Salgado Filho	22	16
Totais		1037	935

Figura 9 - Quantitativos de servidores da Receita Federal do Brasil lotados nos principais Portos e Aeroportos Alfandegados

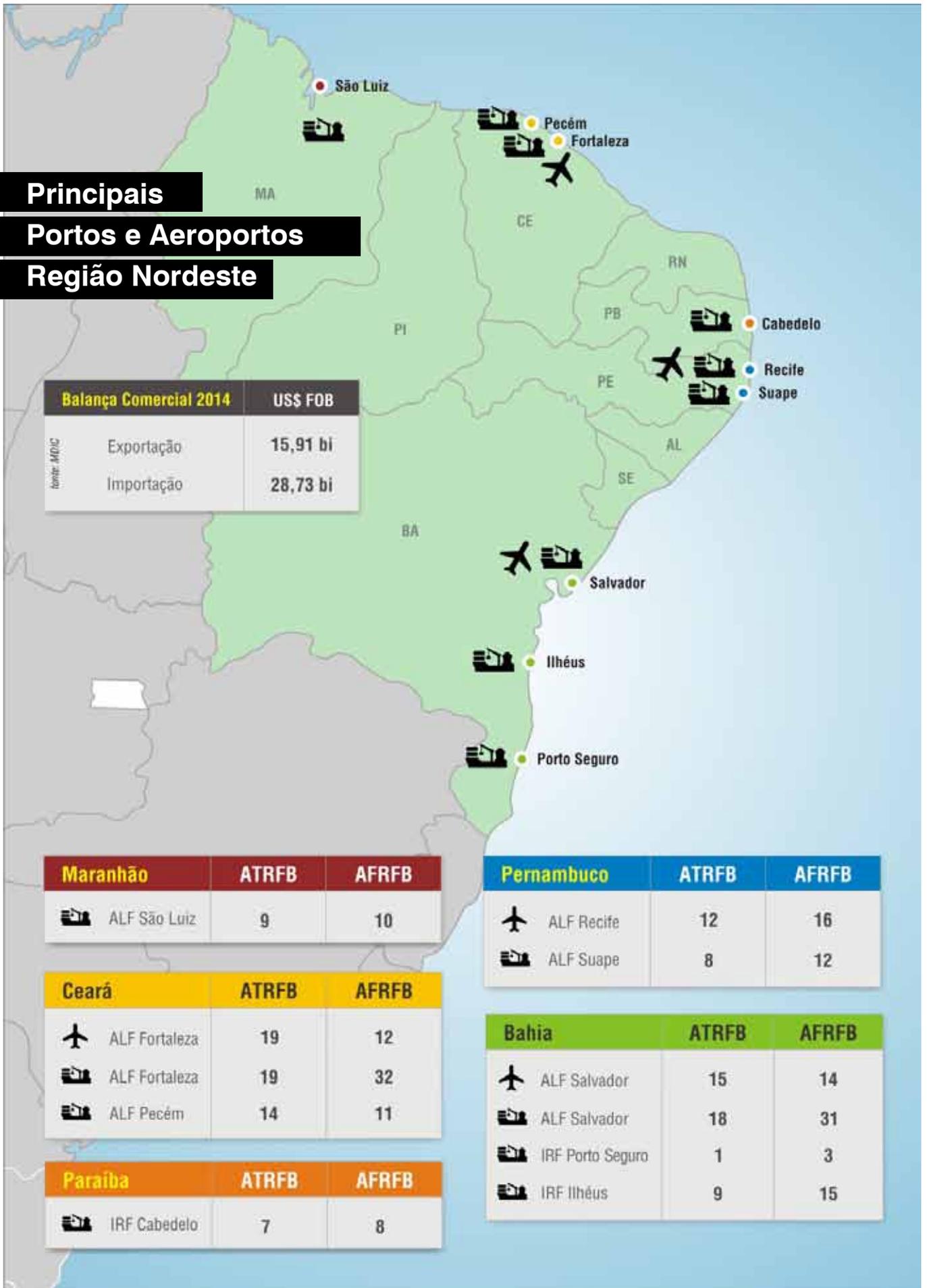
Principais

Portos e Aeroportos

Região Norte



**Principais
Portos e Aeroportos
Região Nordeste**



Balança Comercial 2014		US\$ FOB
Fonte: MDIC	Exportação	15,91 bi
	Importação	28,73 bi

Maranhão	ATRFB	AFRFB
ALF São Luiz	9	10

Ceará	ATRFB	AFRFB
ALF Fortaleza	19	12
ALF Fortaleza	19	32
ALF Pecém	14	11

Paraíba	ATRFB	AFRFB
IRF Cabedelo	7	8

Pernambuco	ATRFB	AFRFB
ALF Recife	12	16
ALF Suape	8	12

Bahia	ATRFB	AFRFB
ALF Salvador	15	14
ALF Salvador	18	31
IRF Porto Seguro	1	3
IRF Ilhéus	9	15

Principais

Portos e Aeroportos

Região Centro-Oeste e Sudeste

Balança Comercial 2014		US\$ FOB
Fonte: MDIC	Exportação	27,35 bi
	Importação	12,69 bi

Balança Comercial 2014		US\$ FOB
Fonte: MDIC	Exportação	116,08 bi
	Importação	124,27 bi

Distrito Federal	ATRFB	AFRFB
 ALF Brasília	24	26

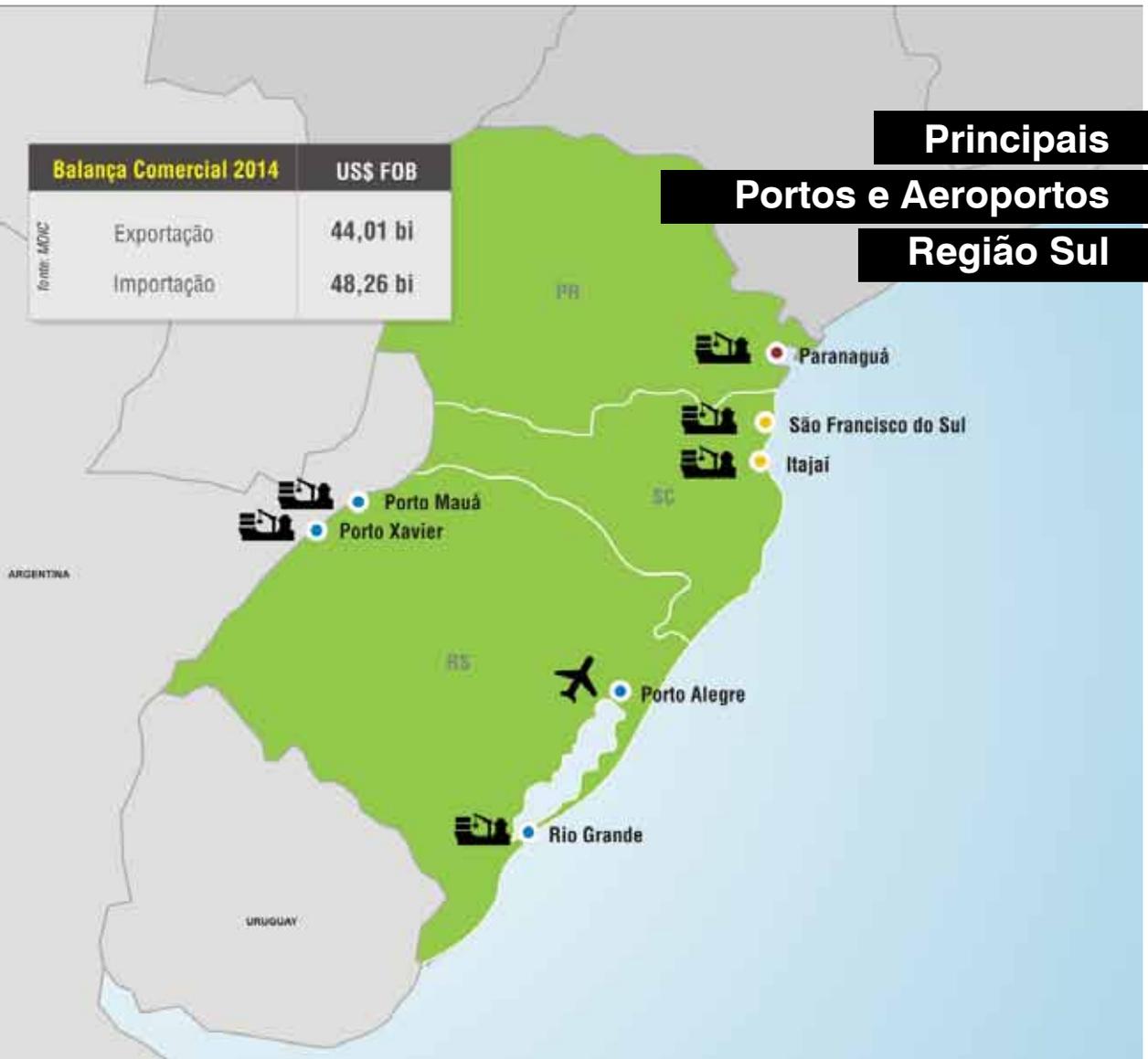
São Paulo	ATRFB	AFRFB
 ALF Guarulhos	162	111
 ALF Viracopos	92	90
 ALF Santos	82	85

Espírito Santo	ATRFB	AFRFB
 ALF Vitória	47	84

Rio de Janeiro	ATRFB	AFRFB
 ALF Galeão	76	94
 ALF RJ	48	82
 ALF Itaguaí	20	25

**Principais
Portos e Aeroportos
Região Sul**

Balança Comercial 2014		US\$ FOB
Fonte: MDIC	Exportação	44,01 bi
	Importação	48,26 bi



Paraná	ATRFB	AFRFB
ALF Paranaguá	43	32

Santa Catarina	ATRFB	AFRFB
ALF S.F. do Sul	14	18
ALF Itajaí	32	36

Rio Grande do Sul	ATRFB	AFRFB
ALF aeroporto Salgado Filho	16	22
ALF Rio Grande	40	26
IRF Porto Mauá	6	1
IRF Porto Xavier	7	4

Lanchas

Também é extremamente preocupante a fragilidade na vigilância da costa brasileira, dos rios e das embarcações que trafegam no País. O Brasil possui uma costa com mais de 7,5 mil quilômetros navegáveis. Para fiscalizar toda essa extensão e os rios do Norte, em 2007, a Receita Federal comprou um lote de 11 lanchas blindadas. As embarcações foram equipadas com instrumentos modernos de navegação e vigilância, com um investimento de R\$ 45 milhões nesse projeto.

Nos últimos anos, porém, o trabalho com as lanchas foi reduzido e, hoje, operações regulares são realizadas apenas no Rio de Janeiro, em Vitória, no Espírito Santo, em São Sebastião e Santos, em São Paulo. Mesmo as embarcações que estão em atividade enfrentam dificuldades para manter uma rotina de operações. Faltam servidores e investimentos na manutenção das lanchas.

Na região Norte, a Receita Federal não realiza mais o controle de embarcações que cruzam os rios vindas inclusive de outros países como Peru e Colômbia, os maiores produtores de cocaína do mundo.

Com as lanchas fora de atividade há vários anos e sem tripulação, a Receita Federal abriu mão de controlar as centenas de embarcações que cruzam os rios do Norte diariamente.

Conclusão

Desde 2010, a Diretoria-Executiva Nacional do Sindireceita vem alertando a sociedade, os setores do governo e o Congresso Nacional para a necessidade de uma política nacional de fortalecimento da Aduana brasileira. Com o projeto “Fronteiras Abertas – Um retrato do abandono da Aduana brasileira”, lançado em 2010, o Sindicato já apontava para a urgência de promover o fortalecimento da Aduana.

O Sindireceita continuará trabalhando em favor do fortalecimento da Aduana e pela implementação de propostas para agilizar a liberação de importações e exportações e, principalmente, na luta pela ampliação das ações de fiscalização, vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional. Como forma de contribuir com o aprimoramento e o fortalecimento da Aduana, o Sindireceita apresenta as seguintes propostas:

- Realizar imediatamente concurso para o cargo de Analista-Tributário, com realização e convocação dos aprovados em 2015;
- Aprovar o projeto que resgata e moderniza as atribuições do Analista-Tributário;
- Implementar imediata Indenização de Fronteira, nos termos previstos na Lei nº 12.855/2013, basta apenas a publicação do decreto presidencial que definirá as localidades atendidas no Diário Oficial da União (DOU);
- Regulamentar o porte de arma ostensivo para servidores da Carreira Auditoria, abrangendo inclusive as armas particulares, em serviço ou fora dele;
- Revogar atos legais e infralegais que restringem a atuação do Analista-Tributário na Aduana;
- Investir em cursos de formação, infraestrutura e aquisição de equipamentos de proteção, autodefesa, de telecomunicações, de viaturas, embarcações e aeronaves adequadas para operações de fiscalização, vigilância e repressão aduaneira;
- Ampliar o horário de funcionamento, garantindo a operação da Aduana 24 horas nos portos, aeroportos e postos de fronteira;
- Criar o Adicional Noturno, nos termos expressos na Proposta de Emenda à Constituição 339/2009, em tramitação no Congresso Nacional;
- Assegurar maior participação do Analista-Tributário nos procedimentos de gestão de risco;
- Garantir a atuação do Analista-Tributário no despacho aduaneiro;
- Padronizar procedimentos e utilização de forma plena da mão de obra qualificada do Analista-Tributário;
- Garantir as condições de operação e estímulo para manutenção das equipes de vigilância que operam as lanchas da Receita Federal.

Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita



Atribuições - Analista-Tributário - Sindireceita

SINDIRECEITA DEN

10.895

↓ Baixar + Adicionar < Compartilhar ... Mais

Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita



Analistas-Tributários apreendem cigarros

SINDIRECEITA DEN

660 visualizações

+ Adicionar < Compartilhar ... Mais

Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita



Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita



Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita



Visite nosso canal no Youtube:
www.youtube.com/COMSindireceita





SINDIRECEITA
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS-TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SHCGN 702/703 | Bloco E | loja 37
Asa Norte | CEP 70.720-650
Brasília - DF

Telefone (61) 3963-0088 | www.sindireceita.org.br



SINDIRECEITA
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SHCGN 702/703 | Bloco E | Loja 37
Asa Norte | CEP 70.720-650
Brasília - DF

Telefone (61) 3963-0088 | www.sindireceita.org.br